

Ausente pagará 25 mil por falta

Ulysses anuncia punição que reduz subsídios variáveis do faltoso

O parlamentar que não comparecer às sessões da Assembleia Nacional Constituinte será descontado em Cz\$ 25 mil por cada sessão a que faltar. A decisão da Mesa foi anunciada ontem pelo presidente Ulysses Guimarães como a única forma de "preservar de qualquer maneira o quorum" e possibilitar a continuação do ritmo acelerado de votações na Assembleia. A punição — que corresponde a 3 por cento do salário de cada constituinte — será aplicada a partir da quarta falta consecutiva ou da sétima alternada.

Ulysses considerou a medida como inevitável — "os que não vêm para trabalhar acabam impedindo aqueles que aqui estão de fazê-lo" — e disse que a partir da aplicação da punição pecuniária deverá ocorrer uma presença "mais significativa" de constituintes às sessões, o que aumenta as chances de aprovação das várias emendas apresentadas em plenário. Ulysses disse ainda que a convocação de sessões nos finais de semana vai depender do quorum registrado nas sessões que os antecedem — "se não houver quorum hoje (ontem) não haverá convocação para o fim de semana. Evidentemente o número baixo de presentes inabilita a realização de sessões aos sábados e domingos".

O deputado Marcelo Cordeiro (PMDB/BA), primeiro-secretário da Constituinte, explicou com mais detalhes as medidas tomadas pela Mesa para punir os faltosos: "a idéia básica é assegurar o funcionamento da Assembleia, valorizar a maioria que está aqui dando quorum de, em média, 400 constituintes" — afirmou. As medidas adotadas têm o objetivo de punir, "até moralmente, os ausentes con-

tumazes que a imprensa e a opinião pública conhecem — cerca de 100 parlamentares".

Cordeiro explicou também como a Mesa chegou à decisão de punir os faltosos com o desconto, em folha, de parte dos subsídios variáveis. "O Dr. Ulysses pediu que cada um dos membros da Mesa apresentasse uma solução para o problema, e aí fomos por exclusão: mexer no mandato seria coisa muito delicada, ele provém do voto, é popular, poderia gerar implicações legais, daí abandonamos a idéia da suspensão".

"Vimos então que a única penalidade efetiva era a econômica, porque esta, além de ser uma pena, zela pelo interesse do trabalhador e do orçamento do Congresso. Quem não vem não pode receber a parte variável de seus subsídios" — explicou Marcelo Cordeiro. O primeiro secretário disse ainda que a punição não é pequena — "se o constituinte faltar a quatro sessões ele tem um corte de Cz\$ 100 mil em seus ganhos".

O cálculo para os cortes foram feitos com base em 1/30 avos dos ganhos de um parlamentar — em média Cz\$ 750 mil — incidentes sobre a parte variável dos vencimentos — que incluem auxílio transporte e auxílio moradia para o parlamentar. Só não foi incluído no corte o pagamento de passagens aéreas aos constituintes.

A Mesa da Constituinte pretendia, na verdade, descontar dos faltosos suas cotas de passagens aéreas. A medida só não vingou pelo esclarecimento do 1º vice-presidente, senador Mauro Benevides: os senadores não recebem carnês, mas em dinheiro, equivalente às quatro passagens por mês.

EUGÊNIO NOVAES



Ulysses e Covas tiveram um dia de muitos abraços: um pela decisão tomada, o outro pelo aniversário

Sarney: reforma esvazia a União

O presidente José Sarney escreveu carta ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, advertindo que a aprovação pela Constituinte da nova ordem tributária deixará a União em situação de dramática escassez de recursos, numa hora da crise econômico-financeira grave como a que o País atravessa, alertando-o, ainda, para outros graves riscos que corremos com a aprovação de certas disposições demagógicas e populistas no contexto da Ordem Econômica.

Algumas das principais lideranças do Centrão, como os deputados José Lourenço (líder do PFL), José Lins (PFL-CE), Ricardo Fiuza (PFL-PE), José Geraldo (PMDB-MG) e o senador Edison Lobão (PFL-MA) manifestavam preocupação diante da dificuldade de mobilizar o grupo para assegurar a aprovação de disposições mais moderadas no texto da Ordem Econômica, admitindo que a saída terá de ser uma negociação com os liberais e a esquerda.

MUDANÇAS

Quando da aprovação de

disposições consideradas demagógicas e populistas na Ordem Econômica e na Ordem Social pela Comissão de Sistematização, o presidente Sarney fez divulgar documento do Governo fazendo reparos e apresentando as razões que os justificavam.

Agora, diante das dificuldades para mobilizar o chamado Centrão, de forma a assegurar a eliminação desses dispositivos do texto da futura Constituição, o Presidente da República escreveu carta ao presidente da Constituinte, advertindo que elas contribuirão para agravar a situação crítica que vive o País e considerando de toda conveniência um esforço para alterá-los.

O deputado José Lins, um dos principais coordenadores do Centrão, dizia que o ideal seria reunificar o grupo para eliminar do Capítulo da Ordem Econômica "o péssimo e preconceituoso conceito de empresa nacional, bem como os termos populistas de outras partes, como a exploração mineral".

Reconhecia o deputado cearense a grande dificuldade de mobilizar os mais de 300 integrantes do Centrão para ficar em

Brasília cerca de 10 dias votando todo o Capítulo da Ordem Econômica. "Se tivéssemos condições de concentrar em plenário 550 constituintes, certamente teríamos o quorum de maioria absoluta (280 votos) para garantir a aprovação dos dispositivos que consideramos indispensáveis", disse José Lins.

O senador Edison Lobão também considera difícil essa mobilização. Mas acha que vale uma tentativa, reconhecendo que os empresários estão dispostos a ajudar. "Teria de se fazer um esforço muito grande para garantir a mobilização desse pessoal, inclusive com a reserva de transporte aéreo", disse.

O deputado José Geraldo Ribeiro acha improvável reunir novamente o grupo para garantir a aprovação das disposições que seus integrantes consideram mais convenientes ao País. Por isso mesmo, reconhecia a necessidade de uma negociação com os grupos mais à esquerda na Constituinte. A suspensão das sessões da Constituinte até terça-feira será a forma de abrir prazo para as negociações entre os diferentes grupos, segundo o parlamentar mineiro.

Prever data, nem pensar

Sem arriscar um novo prazo para a conclusão da nova Constituição, o deputado Ulysses Guimarães afirmou ontem que transposto o título da Ordem Econômica, a Assembleia Nacional Constituinte deverá entrar em ritmo acelerado de trabalho, concluindo o segundo turno de votação sem maiores contratempos e definindo, em curto espaço de tempo, a votação das disposições transitórias.

Ulysses defendeu-se das críticas feitas à demora da Constituinte na elaboração da nova Carta. Ele também explicou os sucessivos prazos — todos vencidos — que estipulou para a conclusão dos trabalhos, afirmando que sempre colocou

a ressalva de que os prazos estavam condicionados à inexistência de "acidentes de percurso".

O líder do PFL na Câmara dos deputados, José Lourenço, foi mais preciso e previu que até o final de maio estará votado o segundo turno do texto. A previsão, Lourenço fez ao ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, em conversa informal ao telefone.

Ulysses, à tarde, chegou a fazer um apelo novo aos parlamentares para que compareçam às sessões. Ele recorreu ao slogan de campanha de Tancredo Neves — "não vamos nos dispersar" — para sensibilizar os cerca de 100 faltosos contumazes.

Sabóia: Eleição em 88 traz transtorno

São Paulo — O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia não endossou a posição do ministro-chefe do Estado-Maior, das Forças Armadas, brigadeiro Paulo Camarinha, de que os militares acatarão se o mandato do presidente Sarney for fixado nas Disposições Transitórias em quatro anos.

"Não gosto de raciocinar sobre hipóteses. Acho que fazer eleições este ano, com a Constituinte em andamento, é um risco muito grande", disse ele. O ministro da Marinha deixou bem claro, entretanto, que "as regras postas devem ser cumpridas", mas continua externando a mesma posição em relação ao mandato: "no meu entender, o ideal são os cinco anos".

Entre as várias justificativas que deu para explicar sua posição, o ministro ressaltou que as eleições municipais, já programadas de longa data, estão causando transtornos. "Imaginem organizar eleições presidenciais para este ano. A maioria dos partidos políticos não tem nem candidato".

Sobre as denúncias do ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, de irregularidades no adicional de frete da Marinha Mercante, o ministro disse que "não é uma atribuição do meu Ministério. Nossa obrigação com a Marinha Mercante é preparar o pessoal para



Sabóia, em SP

guarrecer os navios e sua segurança".

O almirante Sabóia repetiu sua frase, proferida há poucos dias de que "estamos a bordo de um navio num mar grosso", referindo-se às dificuldades que o País atravessa. Ele entende que todos, sem exceção, têm que dar sua contribuição, sem egoísmo. E nesse processo incluem-se o "respeito e o prestígio às instituições", explicou.

Sobre o corte nos gastos, anunciados ontem pelo presidente Sarney, o ministro da Marinha não soube especificar de que forma essa contenção de recursos afetará a Marinha. "Só conheço o que foi noticiado pela imprensa", concluiu.

Jânio censura as injúrias

São Paulo — O presidente Sarney sofre "injustiças e injúrias daqueles que atendeu, inúmeras vezes, com generosidade e isenção pecuniárias", afirmou o prefeito Jânio Quadros, em telex de solidariedade que enviou ao presidente da República.

Nesse documento, Jânio se refere a Sarney como "injustiçado pelos que desejam desestabilizar a incipiente democracia". A íntegra do telex é a seguinte:

"Ao ilustíssimo presidente amigo injustiçado pelos que desejam desestabilizar a incipiente democracia, que muito deve à diligência, espírito público e magnanimidade do chefe da Nação. Eloá e eu enviamos o nosso melhor abraço, com votos de felicidade, rogando a Deus para que prossiga suportando as injustiças e injúrias recebidas daqueles que atendeu, inúmeras vezes com generosidade e isenção pecuniárias. Jânio Quadros — prefeito".

Prefeitos em greve por verbas

LUIS C. CANCELLIER
Da Sucursal

Florianópolis — A quase totalidade das 199 prefeituras catarinenses paralisaram ontem suas atividades, como forma de pressionar os constituintes do Estado e incluírem os itens sobre a reforma tributária nas Disposições Transitórias da nova Constituição.

Segundo o presidente da Federação das Associações Municipais, Edison Andrino, é fundamental que a reforma tributária passe a ser colocada já em prática.

"Se isto não acontecer, ela terá que ser regula-

mentada pela legislação ordinária, e os prefeitos ficarão mais um ano na condição de pedintes, implorando por verbas em Brasília, e se sujeitando a defender os cinco anos de mandato para o presidente Sarney", declarou Andrino.

Ontem só funcionaram os serviços essenciais das prefeituras, como recolhimento de lixo e limpeza pública, postos de saúde e escolas municipais. Foi a primeira manifestação deste tipo realizada no Estado. Conforme avaliação de Andrino, o movimento obteve o resultado esperado.

Em Florianópolis du-

rante todo o dia foram realizados painéis de debates com representantes dos conselhos comunitários, da Associação dos Servidores da Prefeitura e com todo o quadro de funcionários comissionados.

Eles discutiram os reflexos da reforma tributária no município e a elaboração do novo plano de cargos e salários. Conforme informações do secretário municipal de Finanças, João Carlos Mosimann, Florianópolis arrecadaria por mês cerca de Cz\$ 60 milhões a mais, caso a reforma tributária fosse implementada imediatamente.

Verba extra deve entrar antes

Os atuais prefeitos e governadores de Estado que se preparem. Vem aí uma reforma tributária de emergência, a ser definida no Título das disposições transitórias, que poderá engordar instantaneamente os cofres destes governos. E esse dinheiro deverá estar em caixa logo após a promulgação do novo texto constitucional. Será o primeiro passo a ser dado rumo à modernização do atual sistema tributário cuja definição foi elaborada pela Constituinte nos últimos dez dias. O processo

de dessa modernização deverá se arrastar até 1993, mas alguns de seus efeitos tendem a ser imediatos.

YUUGI MAKIUCHI

O primeiro deles é o crescimento parcial dos fundos de participação tanto dos estados quanto dos municípios. No caso dos estados o bolo crescerá de 14 a 18% assim que seja promulgada a Constituição e continuará aumentando até 1993 — à razão de 0,5% ao ano — até atingir o total de 21,5%. Com relação aos municípios o FPM passará de 17 para 20% e também

crece 0,5% ao ano até atingir 25%.

Uma outra emenda — do deputado Firmo de Castro (PMDB-CE) — pretende aumentar ainda mais, e de imediato, a verba a ser recebida pelos estados após a promulgação. Mas desta vez, os beneficiados serão apenas os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Trata-se da destinação de 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.